

<http://www.empreendaembiotec.ufba.br/fundacao-da-anpei-um-testemunho-vivo-2/>

FUNDAÇÃO DA ANPEI: UM TESTEMUNHO VIVO

Por Mario Barra

O final da década de 70 foi um período de muitos planos e de muitas esperanças na vocação do Brasil como país industrializado. Mais do que um projeto nacional, havia a convicção de que a substituição de importações era a melhor alternativa. A base teórica dessa proposta era de Raúl Prebisch, contidas no Manifesto da CEPAL (*).

O empresariado nacional estava engajado nessa estratégia de industrialização. As ações seguiam nessa direção, assim como a expansão do portfólio de negócios e das capacitações decorrentes. O investimento governamental em Pesquisa e Desenvolvimento no período era de aproximadamente de 0,6 % do PIB, igual ao da Coréia do Sul. A FINEP, fundada nos anos 60, recebeu dotação de recursos substanciais, abrindo progressivamente seu leque de financiamento ao setor privado.

Nas décadas anteriores, o entendimento comum e também do gestor público, era a de que a acumulação de conhecimento, adquirido através da pesquisa básica, era suficiente para gerar o desenvolvimento tecnológico e o retorno social consequente (vide figura 1). Essa era a proposição básica dos modelos da I FASE de gestão de centros de P & D, como indicado na figura 2 abaixo.

Após insistir nesse modelo, ficou demonstrado que o mercado era outro fator chave a ser considerado, já que 80 % dos insucessos nos lançamentos de produtos decorriam de falhas na sua avaliação. Era preciso construir pontes ligando a geração do conhecimento à geração de produtos. Faltava um mentor com vocação para orquestrar o domínio que fica "órfão", quando não há mais prevalência entre o retorno social e o privado, como indicado na figura 1. A indústria, cuja vocação e razão de ser é atender ao mercado, passou então a protagonizar essa ligação. Isso ocorreu no início dos anos 90 e de forma tardia no caso do Brasil. Foi um dos motivos principais para a evolução do modelo de gestão de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento para a II FASE, onde o mercado é o principal, mas não exclusivo motor das inovações. A demora nesse entendimento deixou marcas e consequências até hoje no sistema nacional de inovação.

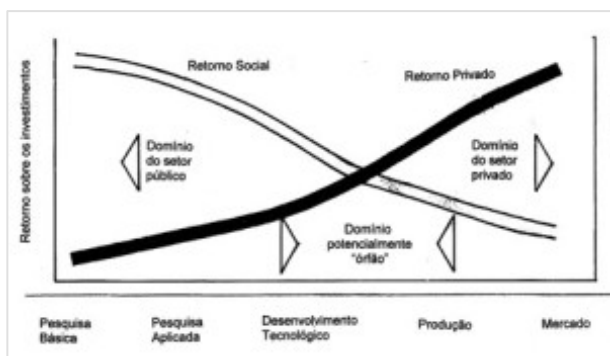


Figura1

FASES E MODELOS DE ADOÇÃO DE INOVAÇÕES			
Geração	Ano	Pressupostos	Autor
I FASE	> 1939	Aumentando o estoque de conhecimento aumentam as inovações	Shumpeter
II FASE	> 1962	O mercado é o motor das inovações	Schmookler
III FASE	> 1982	Mescla dos dois modelos anteriores	Freeman
IV FASE	> 1992	Integração dos atores atuantes nas Empresas:	Rothwell
V FASE		Sistemas integrados, networking e cooperação	

Janunee Wonglimphyarat - The use of strategies in managing technological innovation

Figura 2

Tendo como cenário essas considerações, fica mais fácil entender toda a extensão do movimento estratégico característico das indústrias de capital nacional do início da década de 80. Não bastava copiar os produtos importados, contratar a compra, ou buscar parceiros para uma "joint venture". Era

preciso haver uma tropicalização, a adequação ao mercado local, ser ousado e inovar. É importante lembrar que, entre 1983 e 1985, o percentual do valor adicionado pela indústria de transformação ao PIB era superior a 30 %, enquanto hoje é menor do que 12 % (**).

Nesse período, os empresários mais lúcidos, tinham como certo que a estratégia de substituição de importações não seria para sempre. Era estratégico investir em capacitação tecnológica autóctone e ficar preparado para a abertura do mercado nacional, antecipando o movimento que, desde a década de 90 ficou conhecida como globalização. Nesse período a maioria das empresas nacionais multiplicaram seus esforços em desenvolvimento tecnológico. De seu lado, as empresas multinacionais buscavam competir com as outras subsidiárias concorrentes, que gozavam de incentivos em seus países de origem as quais, por vocação, eram mais sensíveis às sinalizações dos mercados locais.

Como as operações correntes estavam empenhadas em absorver novos produtos e em melhorar a produtividade, as empresas holdings nacionais procuraram soluções na montagem de Centros de Pesquisas, local onde se concentravam a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias não vinculadas ao portfólio corrente. Uma das contribuições da ANPEI foi a de estimular a multiplicação da sua adoção com o status de “função” e próxima ação na estrutura organizacional, ao invés de manter encapsuladas em centros. O termo inovação passou então a substituir em boa parte o que era chamado pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Nesse ambiente, ocupado em pavimentar o futuro e a renovação dos negócios, os executivos que atuavam nessa área, foram incumbidos de gerenciar as iniciativas de desenvolvimento de tecnologias. Diante disso, era importante preparar os gestores para assumirem esses desafios.

Para atender a essa demanda em gestão, a FEA (Faculdade de Economia e Administração), através do programa PACTo/IA-FEA USP (Universidade de São Paulo) estruturou um curso direcionado para essa capacitação, do qual participei da segunda turma em 1978. Os alunos eram executivos, em sua maioria, que compartilhavam das mesmas preocupações, todos empenhados em trocar experiências e em construir um ambiente favorável e implementar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico na indústria.

No início da década de 80 os Professores Jacques Markovitch e Roberto Sbragia, responsáveis pelo curso, promoveram reuniões entre seus ex-alunos, estimulando os debates e os investimentos em tecnologia, pela criação de Centros de Pesquisas nas indústrias. Já numa das primeiras reuniões o grupo percebeu que, diferentemente do que ocorria em outros países desenvolvidos, o Brasil era carente em mecanismos de apoio e do entendimento do papel das indústrias em mais do que copiar, o de inovar.

A proposta foi estruturar uma associação, marcada pela vocação empresarial e partir para ações concretas, ao invés de paralisada em intermináveis discussões sobre as alternativas e os condicionantes do desenvolvimento tecnológico. A melhor proposta, a que mais mobilizava e agregava os parceiros, era a proposição de uma lei de incentivos à inovação. Foi muito oportuno à apresentação feita por um dos colegas de curso, o Sr. Olívio Avila, com o sumário das leis de incentivo vigentes em outros países industrializados. Tínhamos pois um grupo coeso e uma proposta concreta de trabalho. Era preciso amadurecer o entendimento coletivo e estruturar um plano. Para tanto, em 1982, foi eleita uma diretoria ad hoc, com esse objetivo, constituída pelos Eng^{os} Marcio Branco, Olívio Avila, Sergio Sartori e Mario Barra. O grupo passou a divulgar intensamente essas ideias, junto a Ministérios, Secretarias e órgãos públicos em âmbito federal e estadual e que tinham como escopo favorecer o desenvolvimento tecnológico. A proposta de uma associação foi muito bem aceita e o clima foi de acolhimento às novas propostas.

Decorridos dois anos, um grupo motivado e já atuante, reuniu-se em Abril de 1984 na sala da Congregação da FEA USP, em assembleia presidida pelo Prof. Marcovitch e Sbragia como secretário. Na ocasião 28 indústrias estavam presentes e, através de seus representantes legais, decidiram fundar uma associação propositiva e de apoio ao desenvolvimento tecnológico na indústria. Nascia a hoje

conhecida como Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras.

Multiplicaram-se então os contatos junto aos órgãos de estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico. O governo do estado de São Paulo, através da Secretaria de Indústria e Comércio apoiou e incentivou a associação para uma participação conjunta. Da mesma forma, a Secretaria de Tecnologia do então MIC (Ministério da Indústria e do Comércio) deu o mesmo tipo de cobertura na esfera federal. Seguiu-se o reconhecimento da validade da Associação como representativa do empresariado mais pró-ativo, quando foram formalizados vários convites para participar de conselhos de órgãos como o da FINEP e o do CNPq.

O movimento em prol do desenvolvimento tecnológico tomava vulto junto à academia e aos institutos de pesquisa. Da sua parte, o governo federal reconheceu a importância dessa tendência materializada pela criação do Ministério de Ciência e Tecnologia no ano seguinte, em 1985.

A Associação decidiu criar um Conselho Superior, constituído por empresários de expressão nacional à época, como Abraham Kasinski (COFAP), José Mindlin (Metal Leve), Ozires Silva (Embraer), Paulo Villares (Villares) e Peter Mangels (Mangels). Com o apoio desses empresários, o Ministro Renato Archer foi convidado para um encontro e entrega de uma proposta de Lei, a primeira voltada aos incentivos à inovação. O preâmbulo era o resumo do que outros países propunham como medidas de incentivo, uma versão revista e ampliada do que havia sido proposto como base para a criação da associação.

A foto abaixo de 1986 é o registro histórico desse encontro. Participaram da mesa do plenário cedido pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), da esquerda para a direita, o primeiro Secretário Geral do Ministério da Ciência e Tecnologia Luciano Coutinho; o Secretário da Indústria e Comércio do ESP (Estado de São Paulo) Einar Kok; o primeiro Ministro de Ciência e Tecnologia Renato Archer e o primeiro Presidente da ANPEI Mario Barra, que procedeu a entrega oficial do projeto de lei mencionado, testemunhada por uma plateia de muitos representantes de indústrias associadas.



Essa foi a primeira das reuniões de associados, que se seguiram apoiadas pelas RENAD's da FEA e posteriormente pelas Conferencias anuais.

Após um período de maturação no Legislativo, foram aprovados incentivos federais para a Capacitação Tecnológica da Indústria e Agropecuária conforme Lei 8.661 de 2 de Junho de 1993, posteriormente aprimorada em 2005 pela Lei do Bem 11.196, que a substituiu, e por outras leis federais como a Lei de Inovação 10.973 em 2004. Desde então houve a multiplicação das leis de incentivos, também aos níveis de quase todos os estados e muitos municípios.

A crescente preocupação em sustentabilidade, dramaticamente exemplificado pelo acidente ocorrido na planta da Union Carbide na cidade de Bhopal na Índia na década de 80, também passou a fazer

parte das proposições da Associação, ressaltando a importância da sustentabilidade e da criação de produtos sustentáveis, desde a sua concepção até o seu descarte. Seguiram-se outras propostas, como a inovação pela agregação de valor nas cadeias produtivas, inovação aberta em redes virtuais, no modelo de negócios, até a proposta de Inovação e Competitividade Globais, tema da próxima XV Conferencia em Pernambuco.

Desde seu início a Associação manteve-se á frente do seu tempo, propondo a adoção da praticas de gestão da inovação tecnológica e antecipando o avanço do conhecimento e das práticas e das técnicas de gestão. Dessa forma é um organismo sempre vivo e presente na vida nacional, o qual para mim e para outros colegas fundadores da associação é a realização da visão que tivemos a mais do que 30 anos atrás.

Artigo escrito por Mario Barra

(*) *“El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas.*

(**) *O “Ajuste” Microeconômico: por uma nova política industrial e de Inovação no Brasil – XXVII Fórum Nacional – Cláudio Frischitak e Katharina Davies.*